



Junta de Freguesia de São Mateus
Cont. 512090068

ÍNDICE

PREÂMBULO.....	2
CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS GERAIS.....	4
Artigo 1.º - Objecto.....	4
Artigo 2.º - Sujeito	4
Artigo 3.º - Isenção.....	5
CAPÍTULO II – TAXAS	5
Artigo 4º - Taxas	5
Artigo 5.º - Serviços Administrativos	5
Artigo 6.º - Licenciamento e registo de canídeos e gatídeos.....	6
Artigo 7.º - Cemitérios	7
Artigo 8.º - Actualização de valores	8
CAPÍTULO III – LIQUIDAÇÃO.....	8
Artigo 9.º - Pagamento	8
Artigo 10.º - Pagamento em prestações	9
Artigo 11.º - Incumprimentos.....	9
CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	10
Artigo 12.º - Arredondamento	10
Artigo 13.º - Imposto de selo	10
Artigo 14.º - Garantias	10
Artigo 15.º - Legislação subsidiária	11
Artigo 16.º - Revogação	11
Artigo 17.º - Entrada em vigor	11
Anexo 1.º	12



Junta de Freguesia de São Mateus
Cont. 512090068

REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS

PREÂMBULO

A Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, aprovou o regime das taxas das Autarquias Locais e determina que o regulamento de taxas tem obrigatoriamente que conter, sob pena de nulidade, os seguintes elementos:

- a) A indicação da base de incidência objectiva e subjectiva;
- b) O valor ou fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar;
- c) A fundamentação económico financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;
- d) As isenções e a sua fundamentação;
- e) O modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas;
- f) A admissibilidade do pagamento a prestações. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 17.º: «As taxas para as autarquias locais actualmente existentes são revogadas no início do segundo ano financeiro subsequente à entrada em vigor da presente lei, salvo se, até esta data:

- a) Os regulamentos vigentes forem conformes ao regime jurídico aqui disposto;
- b) Os regulamentos vigentes forem alterados de acordo com o regime jurídico aqui previsto.»

Tendo em conta estes aspectos bem como outras normas constantes na referida proposta de Lei, consideramos as seguintes alterações:

- 1ª – Transcrever para o regulamento aspectos relevantes da Lei, que possibilitem um melhor enquadramento do que está em causa, atendendo ao perfil inovador do diploma: tal como os artigos 1º, nº 3, nº 4, nº 5; o artigo 2º (incidência subjectiva), o artigo 15º, nº 3 e o artigo 16º (caducidade e prescrição);
- 2º - Incluir novas normativas exigidas pela lei: artigo 3º (incidência objectiva) artigo 6º (taxas, fórmulas de cálculo) por exemplo.



Junta de Freguesia de São Mateus
Cont. 512090068

Houve o cuidado de enquadrar as taxas em fórmulas de cálculo que *per si* constituem fundamentação económico-financeira. A opção no caso dos atestados e dos termos, resulta da análise do tempo médio de execução dos mesmos – houve que atender ao tempo de atendimento, tempo de registo e tempo de produção.

O valor para os termos é superior, dado que os mesmos têm trabalho acrescido, o que decorre do diferente valor probatório que detêm face aos atestados, implicando sempre a audição do requerente e o respectivo registo em livro de termos.

Nos canídeos, e havendo a necessidade de utilizar a taxa de referência, optámos por seguir o que ocorre em diversas juntas, de dar ponderação normal ao registo das classes sem perigo, dobro da taxa de referência de caça e taxa máxima (triplo) aos perigosos e potencialmente perigosos.

A certificação de fotocópias é uma competência atribuída às Freguesias pelo Decreto-Lei n.º 28/2000, de 13 de Março. Conforme determina o artigo 2.º, do referido Decreto-Lei, as entidades fixam o preço que cobram pelos serviços de certificação que, constituindo sua receita própria, não pode exceder o preço resultante da tabela em vigor nos Cartórios Notariais.

Na noção de custos totais necessários para prestar determinados serviços, constante em diversas fórmulas da presente minuta de Regulamento, há que ter em atenção a alínea c) do Artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006: «*Fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;*»

Nestes termos, para efeitos de cálculo, poderão ser considerados os custos com pessoal, manutenção e limpeza, aquisição e desgaste de equipamento, investimentos, condições físicas do local onde o serviço é prestado, etc., desde que indispensáveis para a realização do serviço, pelo qual a taxa está a ser cobrada.



Junta de Freguesia de São Mateus
Cont. 512090068

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS DA FREGUESIA DE SÃO MATEUS

Em conformidade com o disposto nas alíneas d) e j) do n.º 2 do artigo 17.º, conjugada com a alínea b) do n.º 5 do artigo 34.º da Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 Janeiro), e tendo em vista o estabelecido na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 Janeiro) e no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006 de 29 Dezembro), é aprovado o Regulamento e tabela de taxas em vigor na Freguesia de São Mateus.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento e tabela anexa têm por finalidade fixar os quantitativos a cobrar por todas as actividades da Junta de Freguesia no que se refere à prestação concreta de um serviço público local e na utilização privada de bens do domínio público e privado da Freguesia.

Artigo 2.º

Sujeitos

- 1 – O sujeito activo da relação jurídico-tributária, titular do direito de exigir aquela prestação é a Junta de Freguesia.
- 2 – O sujeito passivo é a pessoa singular ou colectiva e outras entidades legalmente equiparadas que estejam vinculadas ao cumprimento da prestação tributária.
- 3 – Estão sujeitos ao pagamento de taxas o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram a sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquia Locais.



Junta de Freguesia de São Mateus
Cont. 512090068

Artigo 3.º

Isenções

- 1 – Estão isentos do pagamento das taxas previstas no presente regulamento, todos aqueles que beneficiem de isenção prevista em outros diplomas.
- 2 – O pagamento das taxas poderá ser reduzido até à isenção total quando os requerentes sejam, comprovadamente, particulares de fracos recursos financeiros.
- 3 – A Assembleia de Freguesia pode, por proposta da Junta de Freguesia, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas.

CAPÍTULO II

TAXAS

Artigo 4.º

Taxas

A Junta de Freguesia cobra as seguintes taxas:

- a) Serviços administrativos: emissão de atestados, declarações e certidões, termos de identidade e justificação administrativa, certificação de fotocópias e outros documentos;
- b) Licenciamento e registo de caniços;
- c) Cemitérios;

Artigo 5.º

Serviços Administrativos

- 1 - As taxas a cobrar pelos Serviços Administrativos constam no Anexo I e referem-se aos documentos de interesse particular, nomeadamente, atestados, certidões, declarações, termos de identidade, de justificação administrativa ou quaisquer outros documentos análogos, devem ser requeridos previamente ao presidente da Junta de Freguesia, com a indicação precisa do tipo de documento que é pretendido e qual o fim a que se destina.
- 2 - Os documentos referidos no número anterior podem também ser requeridos através da Internet no sítio da Junta de Freguesia de São Mateus, identificando-se correctamente, esclarecendo o tipo de documento pretendido e qual a finalidade.
- 4 - De todas as taxas cobradas pela autarquia, será emitido recibo próprio.



Junta de Freguesia de São Mateus
Cont. 512090068

5 – A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$TSA = tme \times vh + ct$$

tme: tempo médio de execução;

vh: valor hora do funcionário tendo em consideração o SMN acrescido do complemento regional;

ct: Custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, etc.);

6 – Sendo que a taxa a aplicar:

a) É de $30 \text{ min} \times vh + ct$ para os termos de identidade e de justificação administrativa;

b) É de $20 \text{ min} \times vh + ct$ para os atestados, certidões, declarações e outros documentos com termo lavrado;

c) É de $20 \text{ min} \times vh + ct$ para os atestados, certidões, declarações e outros documentos em impressos próprios;

d) É de $20 \text{ min} \times vh + ct$ para os restantes documentos.

7 - As taxas a cobrar pela certificação de fotocópias constam do Anexo I e têm por referência os valores estabelecidos no Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado aprovados pelo Decreto-Lei nº 8/2007, de 17 de Janeiro, reduzidas em 50% desse valor.

8 – As taxas a cobrar pelos Serviços Administrativos será reduzida em 50% quando o sujeito passivo apresentar idade igual ou superior a 65 anos ou se encontrar aposentado.

Artigo 6.º

Licenciamento e Registo de Canídeos e Gatídeos

1 – As taxas de registo e licenças de canídeos e gatídeos, constantes do anexo I, são indexadas à taxa N de profilaxia médica, não podendo exceder o triplo deste valor e varia consoante a categoria do animal (Portaria n.º 421/2004 de 24 de Abril).

2 – A fórmula de cálculo é a seguinte:

a) Registo: 60% da taxa N de profilaxia médica; (Taxa = 4,40 €)

b) Licenças em Geral: 60% da taxa N de profilaxia médica;

c) Licenças das Classes B e E: igual à taxa N de profilaxia médica;



Junta de Freguesia de São Mateus
Cont. 512090068

d) Licenças da Classe G: uma vez e meia a taxa N de profilaxia médica;

e) Licenças da Classe H: o dobro da taxa N de profilaxia médica.

3 - São isentos de pagamento da taxa de licença, os cães-guia e de guarda de estabelecimentos do estado, corpos administrativos, organismos de beneficência e de utilidade pública (Categorias C, D e F), bem como os recolhidos em instalações pertencentes a sociedades zoófilas legalmente constituídas e sem fins lucrativos e nos canis municipais de acordo com artigo 7º, da Portaria nº 421/2004, de 24 de Abril.

4 - A instrução dos processos de contra-ordenações e a aplicação das coimas far-se-á de acordo com o estabelecido nos nºs 1 e 2, do artigo 14º, e no nº 1, do artigo 16º, do Decreto-Lei nº 314/2003, de 17 de Dezembro.

Artigo 7.º

Cemitérios

1 - As taxas pagas pela concessão de terreno, constante no Anexo I, têm como base de cálculo a seguinte fórmula:

$TCTC = a \times i + d$, onde

TCTC: taxa de concessão de terrenos no cemitério

a: área do terreno (m²);

i: factor a aplicar tendo em conta o espaço ocupado no cemitério, nos seguintes moldes:

i: 50 se a ocupação estiver contida no intervalo 0 a 30%

i: 100 se a ocupação estiver contida no intervalo 31 a 60%

i: 150 se a ocupação estiver contida no intervalo 61 a 90%

d: Critério de desincentivo à compra de terrenos, tendo como unidade o m², nos seguintes moldes:

d: 150 € se a ocupação estiver contida no intervalo 0 a 30%

d: 250 € se a ocupação estiver contida no intervalo 31 a 60%

d: 350 € se a ocupação estiver contida no intervalo 61 a 90%

Sendo que, de acordo com o Regulamento dos Cemitérios de freguesia, a área ocupada por uma sepultura em campa individual ocupa a área de 1,50 m²;



Junta de Freguesia de São Mateus
Cont. 512090068

2 – Sempre que os serviços funerários (Inumações, Exumações e Trasladações), não forem executados por funcionário designado pelo município, as taxas a pagar por aqueles serviços, constantes no Anexo I, são calculadas com base na seguinte fórmula:

$TSF = tme \times vh + ct$, sendo:

TSF: taxa serviços funerários;

tme: tempo médio de execução;

vh: Valor hora;

ct: Custo total necessário á prestação do serviço, incluindo produtos específicos, manutenção de instalações, deslocações etc.

Artigo 8.º

Actualização de Valores

1 - A Junta de Freguesia, sempre que entenda conveniente, poderá propor à Assembleia de Freguesia a actualização extraordinária ou alteração das taxas previstas neste regulamento, mediante fundamentação económico – financeira subjacente ao novo valor.

2 - A Junta de Freguesia pode actualizar o valor das taxas estabelecidas neste Regulamento através do orçamento anual, de acordo com a taxa de inflação.

3 - A alteração dos valores das taxas de acordo com qualquer outro critério que não o referido no número anterior, efectua-se mediante alteração ao presente regulamento, contendo a fundamentação económico-financeiro subjacente ao novo valor.

4 - As taxas da Tabela que resultam de quantitativos fixados por disposição legal serão actualizados de acordo com os coeficientes legalmente estabelecidos.

CAPÍTULO III

LIQUIDAÇÃO

Artigo 9.º

Pagamento

1 – A relação jurídico-tributária extingue-se através do pagamento da taxa.

2 – As prestações tributárias são pagas em moeda corrente ou por cheque, débito em conta, transferência ou por outros meios previstos na lei e pelos serviços.



Junta de Freguesia de São Mateus
Cont. 512090068

3 – Salvo disposição em contrário, o pagamento das taxas será efectuado antes ou no momento da prática de execução do acto ou serviços a que respeitem.

4 – O pagamento das taxas é feito mediante recibo a emitir pela Junta de Freguesia.

Artigo 10.º

Pagamento em Prestações

1 – Compete à Junta de Freguesia autorizar o pagamento em prestações, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente, comprovação da situação económica do requerente, que não lhe permite o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo estabelecido para pagamento voluntário.

2 – Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que fundamentam o pedido.

3 – No caso do deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida, dividido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respectivo montante, desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efectivo de cada uma das prestações.

4 – O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que corresponder.

5 – A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extracção da respectiva certidão de dívida.

Artigo 11.º

Incumprimento

1 – São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento das taxas.

2 – A taxa legal (Decreto-Lei n.º 73/99 de 16 Março) de juros de mora é de 1%, se o pagamento se fizer dentro do mês do calendário em que se verificou a sujeição aos



Junta de Freguesia de São Mateus
Cont. 512090068

mesmos juros, aumentando-se uma unidade por cada mês de calendário ou fracção se o pagamento se fizer posteriormente.

3 – O não pagamento voluntário das dívidas é objecto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 12º

Arredondamentos

Para cálculo do valor final devido em cada situação e após a aplicação das fórmulas adequadas, poderá ser efectuado arredondamento à casa decimal mais próxima.

Artigo 13º

Imposto de selo

Às situações geradoras de taxas constantes da tabela, acresce o imposto de selo que seja devido nos termos da lei.

Artigo 14.º

Garantias

- 1 – Os sujeitos passivos das taxas podem reclamar ou impugnar a respectiva liquidação.
- 2 – A reclamação deverá ser feita por escrito e dirigida à Junta de Freguesia, no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.
- 3 – A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.
- 4 – Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial para o Tribunal Administrativo e Fiscal da área da Freguesia, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.
- 5 – A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2.



Junta de Freguesia de São Mateus
Cont. 512090068

Artigo 15.º

Legislação Subsidiária

Em tudo quanto não estiver, expressamente, previsto neste regulamento são aplicáveis, sucessivamente:

- a) Lei n.º 53-E/2006 de 29 de Dezembro;
- b) A Lei das Finanças Locais;
- c) A Lei Geral tributária;
- d) A Lei das Autarquias Locais;
- e) O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- f) O Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- g) O Código de Processo Administrativo nos Tribunais Administrativos;
- h) O Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 16.º

Revogação

1 - Consideram-se revogados o regulamento e anterior tabela de taxas em vigor na Freguesia passando a vigorar o presente documento.

2 - Quando venham a ser aprovados e postos em execução regulamentos específicos, para uma ou diversas matérias inscritas neste regulamento e tabelas anexas, passam a vigorar esses dispositivos regulamentares nas partes em que disponham em sentido diferente do aqui estabelecido, considerando-se, portanto, revogados na parte ou partes que contrariarem aqueles.

Artigo 17.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor em 30 de Abril de 2010, após a sua publicação em edital a afixar no edifício da sede da Junta de Freguesia.

Aprovado na reunião da Junta de Freguesia de São Mateus de 24 de Fevereiro de 2010.

Aprovado na sessão da Assembleia de Freguesia de São Mateus de 23 de Abril de 2010.



Junta de Freguesia de São Mateus
Cont. 512090068

ANEXO I

TABELA DE TAXAS

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Atestados, certidões, declarações e outros documentos com termo lavrado	2,20 €
Atestados, certidões, declarações e outros documentos em impresso próprio	1,60 €
Termos de identidade e de justificação administrativa	2,50 €
Restantes documentos	2,20 €
Todos os documentos destinados a fins militares	Isento
Certificação de fotocópias (até 4 folhas)	10,00 €
Certificação de fotocópias (5ªfolha e seguintes)	1,50 €
Sujeitos passivos com idade igual ou superior a 65 anos ou aposentados	- 50%

LICENCIAMENTO E REGISTO DE CANÍDEOS

Registo	2,64 €
Licenciamento de canídeo de categoria A (companhia) *	2,64 €
Licenciamento de canídeo de categoria B (fins económicos) *	4,40 €
Licenciamento de canídeo de categoria E (caça) *	4,40 €
Licenciamento de canídeo de categoria G (potencialmente perigoso) *	6,60 €
Licenciamento de canídeo de categoria H (perigoso) *	8,80 €
Licenciamento de gatídeos de categoria I*	2,64 €

CEMITÉRIOS

<i>Serviços funerários</i>	
Inumação de Sepultura	95,00 €
Exumação de Sepultura	95,00 €
Transladação	150,00 €
<i>Concessão de terrenos (emissão de alvará) *</i>	
Sepultura 1,50 m ²	400,00 €

(*) Taxas sujeitas a cobrança de imposto de selo, nos termos da Lei



Junta de Freguesia de São Mateus
Cont. 512090068

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Atestados, certidões, declarações e outros documentos com termo lavrado	$TSA = tme \times vh + ct$	$TSA = 20 \times 0,03 + 1,60$	$TSA = 2,20 \text{ €}$
Atestados, certidões, declarações e outros documentos em impresso próprio	$TSA = tme \times vh + ct$	$TSA = 20 \times 0,03 + 1,00$	$TSA = 1,60 \text{ €}$
Termos de identidade e de justificação administrativa	$TSA = tme \times vh + ct$	$TSA = 30 \times 0,03 + 1,60$	$TSA = 2,50 \text{ €}$
Restantes documentos	$TSA = tme \times vh + ct$	$TSA = 20 \times 0,03 + 1,60$	$TSA = 2,20 \text{ €}$

CEMITÉRIOS

<i>Serviços funerários</i>			
Inumação de Sepultura	$TSF = tme \times vh + cf$	$TSF = 8 \times 7,5 + 30$	$TCTC = 90,00 \text{ €}$
Exumação de Sepultura	$TSF = tme \times vh + cf$	$TSF = 8 \times 7,5 + 30$	$TCTC = 90,00 \text{ €}$
Transladação	$TSF = tme \times vh + cf$	$TSF = 16 \times 7,5 + 30$	$TCTC = 150,00 \text{ €}$
<i>Concessão de terrenos (emissão de alvará) *</i>			
Sepultura 1,50 m ²	$TCTC = a \times i + d$	$TCTC = 1,5 \times 100 + 250$	$TCTC = 400,00 \text{ €}$